



## **Contradição agrário-urbana sob modernas condições espaços-temporais: o campo iluminado na crise da reprodução ampliada no Brasil**

Ana Cristina Mota Silva  
Doutora pelo Departamento de Geografia FFLCH-USP

### **Contradição agrário-urbana sob modernas condições espaços-temporais: o campo iluminado na crise da reprodução ampliada no Brasil (Resumo)**

A década de 2000 no Brasil reafirma projetos de modernização numa produção espacial urbana sem produção de cidades, efetividade de uma reprodução social crítica quando os elementos fundamentais destas formas de sociabilidade se presentificam no consumo imediato de mercadorias como novas necessidades urbanas no campo. Esta modernização produzida pelo Estado, generalização da energia elétrica no campo, territorializam-no como mediador e centraliza, nesta representação espacial, a reprodução social do sitiante. Contudo, desvela-se uma crise da reprodução ampliada em que o consumo, substituto do trabalho produtor de valor, se impõe a definir as relações de produção do sitiante-consumidor. Simultaneamente à crise da reprodução da terra, produz-se no consumo a sua reprodução social. As mediações e conflitos conduzidos por projetos de eletrificação/modernos (represas, barragens, encanamentos, etc.), se deslocam como conteúdos imanentes de tais projetos, como práticas agrário-urbanas contraditórias. As novas necessidades potencializam o urbano que se reproduz criticamente como abstração concreta no campo.

**Palavras chave:** Brasil, modernização, reprodução crítica, reprodução ampliada, consumidor.

### **Urban agrarian contradiction under modern space-time conditions: the illuminated countryside in the crises of enlarged reproduction in Brazil (Abstract)**

The 2000 decade, in Brazil, reaffirm projects of modernization in an urban space production without cities, effectiveness of a critical social reproduction when the fundamental elements of these forms of sociability become present in the immediate consumption of goodies as new urban necessity in the countryside. This modernization produced by the State, generalization of electric power in the countryside, in this space representation, territorializes it as mediator and centralizes the little farmer reproduction. Nevertheless, an enlarged reproduction crises uncovers where consumption, substitute of value producer work, enforce itself to define the farmer-consumer relations of production. Simultaneously of the land reproduction crises, the social reproduction of the small farmer is produced in the consumption. The mediations and conflicts conduced for the modern electrification projects (dams, barrages, piping, etc.)

replace themselves as immanent contents of these projects, as contradictory agrarian urban practices. The new necessities potentialize the urban that reproduces itself critically as concrete abstraction in the countryside.

**Key words:** Brazil, modernization, critical reproduction, enlarged reproduction, consumer.

Se em condições históricas pretéritas o tempo de rotação do capital colocava como momentos separados e autônomos a realização da produção e circulação, visto que, as (i) mobilizações financeiras necessitavam superar os limites estabelecidos espacialmente postos pela ausência de espaços específicos para a finalização de um processo social efetivado pela produção, na contemporaneidade, o contraponto fazer-se-á numa rotatividade do capital em que o tempo aparece como elemento que positiva esse processo produtivo através da efetivação de um tempo zero de rotação a revelar em condições históricas adversas a expansão, a racionalização e a concentração, etc. as quais sintetizam a superação dessas mesmas condições, todavia, colocam-se como produção crítica. Ainda que, em ambos os momentos acima expostos, e em exposição, se observe como através de determinações contínuas um elementos comum se reproduza, por exemplo, o crédito que se coloca como salvaguarda e projeção entre o que é produzido e do que pode ser consumido. Possibilita esse vislumbre no mercado<sup>1</sup>.

O capital se reproduz por dentro numa lógica (i) racional em que os limites e as crises se revelam como momentos imanentes dessa reprodução social, ou seja, como parte constitutiva centralizada e/ou concentrada.

Mas, como pensar esta efetivação no instante em que se espacializa como crise e criticamente? Na medida em que a mobilização espacial requer a expansão de serviços e negócios financeiros específicos a desenvolver e (i) mobilizar também uma economia política do espaço? Ademais, não se poderia pensar estas condições sem deslocar a análise para a compreensão dos incentivos estatais que particularizam espaços de consumo e generalizam as condições (medidas) para que se efetivem os mesmos.

De modo que, se o que está colocado para esta reprodução é a realização da mercadoria far-se-á necessário tanto para a primeira condição (condições históricas pretéritas), quanto à segunda (tempo zero de rotação), reunir os momentos separados, isto é, a produção e a circulação. Esta reunião potencializa o crédito como desvelador desse processo crítico a superar as distâncias estabelecidas espacialmente, isto como relação intrínseca à primeira condição e, simultaneamente, garantia da realização/projeção da produção da segunda. Assim, tal potência aparece como linha contínua e sob novas necessidades realiza a mercadoria através do consumo, todavia, finaliza, no mercado, este elo social criticamente, dada a redução crítica do trabalho produtor de valor.

Ademais, pensar essa reprodução social no século XXI que se impõe contínua e descontinuamente como reprodução ampliada do capital é compreender o deslocamento dos

---

<sup>1</sup> Texto resultante do pós-doutorado intitulado: *circulação simples, reprodução ampliada. Produção espacial e contradição agrário-urbana do município de Itapipoca, Ceará - Brasil*. Departamento de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2009. Pesquisa realizada com bolsa pós-doc júnior do CNPq. Supervisora: Ana Fani Alexandri Carlos.

conteúdos sociais que medeiam entre a produção de valor e a crise de valorização para a do consumo imediato de mercadorias.

Esse movimento define aqui um recorte espaço-temporal sobre as (i) mobilizações espaciais que materializam os elementos viabilizadores da generalização de uma economia política do espaço, pois se o consumo realiza noutros termos a crise do valor quais as condições postas para que as novas necessidades apareçam como parte intrínseca dessa realização que nas condições aparentes que guardam revelam uma crise da reprodução ampliada do capital?

É através desse deslocamento que a pesquisa sobre momentos particulares de realização dessa economia política será analisada na contemporaneidade.

### **Serviços “urbanos”. (I) Mobilizações e centralidades sócio-espaciais**

Durante a década de noventa as comunidades em análise<sup>2</sup>, começam a contar com a espacialização dos serviços “urbanos”, que até bem pouco tempo no Brasil se concentravam nas cidades; em áreas de loteamentos; nas áreas construídas e definidas pela espacialidade de duas e três ruas materializadas e em processo de especulação imobiliária, etc. mobilizados por fatores sócio-espaciais diversos.

Os anos noventa apontam um processo de descentralização destes serviços “urbanos” a nível nacional, ou seja, da ideia de uma coletivização dos serviços “urbanos”, a qual se afirma no Brasil no final da década de 70 e amadurece nos anos 80, através de um debate que chega ao Brasil a partir da leitura do livro de Manuel Castells. *A questão urbana*, posto pelos movimentos sociais urbanos e que tem no consumo coletivo uma das formas de realização da sociabilidade - expansão e consumo para todos! Isto é, o consumir estes serviços aparecia como sinônimo de apropriação do urbano nas cidades brasileiras e, em particular, nas periferias.

Desse modo, se constituía como uma das formas de diminuir as diferenças sociais (conflitos sociais) - o que pode ser compreendido como as *contradições espaciais* urbanas. Estas diferenças apareciam como fenômeno social em evidência, todavia, como *fenômeno urbano*<sup>3</sup>. A perspectiva era a de se vislumbrar as diferenças sociais a partir da diferenciação das *formas espaciais*, Castells (2000), esta como a forma pela qual a urbanização pode ser compreendida e ao invés de se analisar a urbanização como processo social, tem-se na *produção social das formas espaciais* os elementos postos para a apreensão desse processo.

Nas atribuições do autor apreender estas diferenças a partir da organização social nos oferecia condições de negar as dicotomias, o evolucionismo e a naturalização do processo social. O que, por sua vez, se constitui num processo social estruturado. No entanto, as diferenças das *formas espaciais* apreendidas nesta compreensão formam a estrutura e se revelam como o processo social estruturado.

---

<sup>2</sup> Rio do Inácio; Desordem; Lagoa das Pedras dos Rodrigues; Brandão; Lagoa das Pedras dos Rodrigues; Nova-Assis; Lagoa do Inácio. Nos municípios de Itapipoca e Tururu, Ceará.

<sup>3</sup> Cf. Castells, 2000.

Ademais, nesta mesma década se acompanhou no campo, a chegada da energia elétrica através das reuniões dos moradores<sup>4</sup>, da abertura das picadas para a definição dos postes de luz, da implantação da fiação elétrica e dos conflitos gerados pela mesma.

A instalação da energia elétrica nestas comunidades nos põe diante de elementos novos de análise. Todavia, é o momento em que antigas relações - práticas sociais arcaicas de reprodução da vida -, por exemplo, as práticas costumeiras são colocadas entre parênteses por estes moradores e em que as relações de poder entre representantes dos serviços “urbanos” e moradores se afirmam. Como também a exploração do trabalho, os conflitos sociais e a revelação das práticas sociais mediadas pelo consumo, do quase indefinido e indecifrável: a luz elétrica e seus derivados!

Nos meses de instalação da energia elétrica na comunidade do Rio do Inácio, se observou como para alguns moradores o tempo de trabalho objetivado nos trabalhos de aberturas de sulcos no solo para a instalação dos postes, da abertura de picadas e no transporte do material elétrico, definia em curto prazo a instalação da energia na casa. E, em longo prazo, as eleições municipais (vereadores), estes, como mediadores do Projeto São José de Energia Elétrica - Água Encanada. (Figuras 1, 2, 3 e 4.).



**Figura 1. Encanamento de água e energia nas comunidades**

---

<sup>4</sup> Não poderia deixar de lembrar do Elson Castro Moura -*Tapera* - (*in memoriam*), falecido ao término deste texto, agregado e morador-possuidor de muitas décadas. Exercia a atividade de criar unicamente nas terras dos outros. Também pagador da renda da terra. Atualmente, espacializava os fragmentos de espaço e tempo com a *Rua* (Santa Casa de Misericórdia) e os cercados a cuidar do seu rebanho de gado, nunca vistos. Agradeço pelos depoimentos, os trajetos no inverno nas carroças do Ramiro e pelas histórias e mentiras bem contadas.



**Figura 2. Comunidade do Retiro Novo. Itapipoca, Ceará.**  
Placa indicativa do orçamento do Projeto São José, de abastecimento de água,  
em processo de realização.  
Foto: Anselmo Alfredo, julho/2007.



**Figura 3. Itapipoca-Ceará.**  
Processo de instalação de energia em parte da comunidade de Nova-Assis, à espera da fiação.  
Foto: Anselmo Alfredo, julho/2007.





**Figura 4. Itapipoca-Ceará.**

Postes de energia na comunidade de Nova-Assis, os quais vêm da direção da comunidade do Rio do Inácio, na segunda metade dos anos 1990.

Foto: Anselmo Alfredo, julho/1997.

Revelação que se dava também nesse momento quando da ausência dos trabalhos advindos destes lavradores, a definir a não instalação da energia elétrica nalgumas casas, estas ficaram sem a energia elétrica. Outros a recebê-la sob as *cláusulas* das relações de compadrio, que se reproduzem e se afirmam, através destes projetos - mudanças sociais - e momentos.

Se a energia elétrica, sob aquilo que se identifica nestas comunidades como moderno aparece como a espacialização destas relações modernas, as antigas são as que nesse momento evidenciam aquilo que no imediato não é incorporado e se reproduz como conflito social e as quais o sintetizam e dão atributos sociais ao moderno. Isto pode ser observado a partir do instante em que os moradores locais, os quais mantinham na reprodução imediata do ir à *Rua*<sup>5</sup>, guardavam um breve conhecer do que estava sendo materializado no campo – uma relação imediata com a mediação do que passaria em breve a definir a espacialidade desta reprodução social. Esta reprodução os colocava agora diante do imediato, isto é, diante daquilo que lhes aparecia como os elementos do moderno, distantes, todavia, agora como elementos permanentes.

Isto significa dizer que a partir daquele momento (energia elétrica) na dupla relação com os elementos próximos e distantes - observados em visitas ligeiras pela *Rua* - não somente passaria a fazer parte desta reprodução, entretanto, os colocava diante de outras dimensões, ou seja, do que se constituía como moderno, sob as condições das novas relações de sociabilidade que o constituído possibilitasse mediar.

Na apreciação que a chegada da energia elétrica permite fazer com relação aos moradores é importante descrever um desses momentos diretamente ligado às condições da instalação abaixo:

E como é a vida depois que instalaram a energia na sua casa?

---

<sup>5</sup> As diferenças da escrita *Rua* e rua como fenômenos e suas determinações espaciais podem ser vislumbradas em Silva, 2009.

## II Simpósio Internacional Eletrificação e Modernização Social

“A vida melhorou muito! Nós não morava aqui não, a gente morava ali na outra casa, aí compramos esse pedacinho de chão e fizemos essa casa aqui. Mais veja, quando foi pra botar energia ele não queria não [se refere ao marido], aí eu disse: eu quero, bota pra mim, pode botar. Ele falou que não ia pagar energia não. Ele pensava que a conta chegasse com uns duzentos reais. A gente não sabe, né? E fica com medo de conta alta. Eu fui fazendo tudo sozinha. Eles disseram que a gente tinha direito a dois bicos de luz, como se diz, tem um aqui na sala e outro na camarinha, esse da sala ilumina o resto da casa. Ele quando entra em casa no escurecer, ele liga só o do quarto dele, o resto da casa fica escuro, ele diz que só sabe ligar o do quarto dele. E quando ele viu a conta de 7 reais e pouco, ficou animado! Pra nós foi bom porque a gente gastava de querosene mais do que isso, uns 21 reais por mês, se bem que não era querosene, era o óleo, saía mais barato pra gente. Essa casa aqui é nova, eu chamei um rapaz pra mudar os bicos de luz de lá pra cá, compramos esse pedacinho de terra do seu J. T. é uma hectare de chão. Plantamos o quintal, esse meu filho cuida com aquele, esse mora comigo, esse outro é casado mais mora aqui perto, meu marido tá capinando ali atrás de casa. Eu tenho 76 anos”<sup>6</sup>.

A energia elétrica significa também uma mudança social nos costumes das comunidades de modo que a família deixa de fazer uso do óleo diesel já generalizado como iluminação das moradias e de custos reduzidos em relação ao querosene antigamente utilizado.

A energia também é sintetizada nos bicos de luz e se relaciona com a compra do hectare de chão como momento sócio-espacial. É importante visualizar como estão referenciados a “terra e o chão”<sup>7</sup>, este para diferenciar da *terra* que contém os conteúdos sociais espacializados pelos bens de raiz. Desse modo, nas comunidades as referências aos chãos sintetizam ausência de casa construída na terra e plantação em contraposição a *terra* que geralmente contém esta espacialidade, todavia, mais do que o tamanho, isto é, o hectare de chão, a relação se estabelece na diferença sócio-espacial daquilo que contém como produção na terra consolidada na venda da mesma, por exemplo, acima a *terra* aparece demonstrada nas novas condições sociais materializadas no pedacinho de terra.

Um dos momentos importantes desta incompreensão e dos elementos novos que lhes impõe uma incorporação direta é o da instalação do relógio elétrico (medidor) na casa, pois de imediato estes lavradores começam a participar das cadeias de equivalências de crédito, pagam a prazo algo distante desta reprodução (como parte do projeto o morador paga em trabalho a instalação da energia elétrica; o trabalho de instalação do medidor e o medidor). Esta incompreensão, de início, está diretamente envolvendo parte do que diz respeito ao consumo familiar dos mesmos, na medida em que se divide o custo da energia elétrica, com aquilo que é posto na mesa para consumo familiar.

Por conseguinte, a relação entre o número de consumidores e o trabalho realizado, já aparecia como um dos momentos a revelar a desigualdade deste processo, ao passo que o salário-ganho familiar - bolsas, pensões, aposentadorias e alugado - isto é, o que entrava como atributos para o consumo familiar se deveria dividir com um consumidor a mais, enfim, se acrescenta um consumidor, sem aumentar os rendimentos, todavia, os gastos (consumo).

Nesta simples relação das condições postas na e para a reprodução familiar, para os lavradores que trabalhavam na instalação da energia elétrica, esta divisão incorporava o tempo de trabalho dedicado ao trabalho no roçado e com menor interferência, na atividade de criar<sup>8</sup> -

---

<sup>6</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, janeiro de 2002. Comunidade do Rio do Inácio. Itapipoca, Ceará.

<sup>7</sup> Geralmente se referem ao chão quando não há nenhuma territorialização, a saber: casas, plantações, roça, etc. Os conteúdos sociais advindos da relação entre terra e chão podem ser vislumbrados em Silva, 2009.

<sup>8</sup> Cf. Silva, 2005.

esta menos prejudicada, pelo fato da instalação ter se dado na época do inverno<sup>9</sup> - de modo que os lavradores que não podiam pagar um trabalhador para ir *ajudar no seu lugar* (substituí-lo), demandavam o tempo empregado no trabalho do roçado para o trabalho da instalação da energia elétrica.

O significado do desconhecido para os lavradores se pôde observar também nas perguntas levantadas pelos mesmos, estas representativas, feitas sobre a materialidade advinda da instalação, isto é, sobre àquilo que “o homem tinha fincado lá na parede da casa”. E esse desconhecido podia ser aprendido ainda quando esta materialidade era identificada aos animais, criações e, em especial, ao gado, pois ganhava nas comunidades de um modo em geral, o sentido da atividade de criar. Os relatos de que “aquilo gasta demais! Aquilo come demais! Aquilo é uma forrageira!” se faziam frequentes e semelhantes se comparados aos dos direcionados para explicação das relações reproduzidas a partir da atividade de criar.

De modo que, a energia elétrica entrava nas moradias como uma nova atividade de criar: animal, gado, criação, todavia, como a exigência de um maior tempo despendido para mantê-la, isto a envolver diretamente àqueles que passaram a dividir parte do consumo da casa, com as contas de luz. A maioria das contas equivalia ao preço das bolsas recebidas através das políticas públicas do Estado, fato que automaticamente exigia a transferência<sup>10</sup> do recebido - (bolsa) - para o consumido (a conta da luz).

A semelhança com a atividade de criar foi se estabelecendo à medida que os meses foram passando e se identificou a ausência de pagamento pelos moradores desta comunidade, ou seja, após o corte da energia elétrica de várias moradias - papéis de energia em atraso - visto que, foi motivo de conflito e desacordos entre os moradores e o leitor da energia – “o homem da luz”, diante do desconhecimento das condições de consumo e da obrigatoriedade posta na conta da luz - novo consumidor.

---

<sup>9</sup> A escolha da época do inverno não é feita aleatoriamente, está relacionada às facilidades impostas pelo tipo de solo das comunidades em geral, o que em outros termos significa um menor trabalho despendido para a abertura de sulcos no solo para instalação dos postes de luz. Fato que pode ser compreendido mediante a instauração de outros projetos, os quais também se deram na época do inverno. Isto por um lado, é importante para quem está exercendo este tipo de trabalho. Por outro, foi um dos motivos pelos quais se iniciou os primeiros conflitos na comunidade, pois a estação do inverno é uma das mais esperadas. Esperam esta estação com roçados quase integralmente prontos para semear, numa programação de tempo que envolve uma antecipação de seis meses. E quando caem as primeiras chuvas, a dedicação às atividades do roçado se dá. Após o nascimento das pastagens - com as primeiras chuvas, 15 dias após - pode-se soltar o gado, as criações e os animais para pastarem e o trabalho é dedicado quase que exclusivamente ao roçado. Foi nesse momento de programação e dedicação aos roçados que o projeto chegou à comunidade como necessidade a ser estabelecida. E isto definia de algum modo, a relação lavrador-roçado, redefinição que ultrapassava a objetivação do tempo de trabalho para ambos os trabalhos (da energia e do roçado) e que, posteriormente, foi observado pelos lavradores diante do consumo familiar, a saber, brevemente, interferia na produção do roçado (safra) e, diretamente, na mesa familiar - consumo. Uma das exigências do projeto era a de que quem não pudesse ir trabalhar na instalação que pagasse alguém para ir substituí-lo, isto é, realizar a sua parte do trabalho. Muitos moradores pagaram (as viúvas, os aposentados, os remediados), outros se dedicaram ao trabalho da energia (alegavam não poder pagar) integralmente. E, dois ou três moradores com idades entre 80 e noventa anos espontaneamente, pediam (imploravam) que não instalassem a energia elétrica nas suas casas. Noutra movimentação à espera do inverno significa também uma diminuição do tempo de trabalho dedicado às atividades realizadas durante o verão, por exemplo, alimentação dos animais e acesso à água potável, mais do que integralmente a dedicação ao plantio. Cf. Silva, 2009.

<sup>10</sup> Isto devido ao fato de que as comunidades ainda não estavam imersas numa abundância e escassez programadas, ou seja, na racionalidade de como se deve consumir.



Se o tempo de trabalho despendido para a instalação da energia na casa, definia a instalação, como também a ausência deste, conjugava com o ficar de fora do projeto. Por sua vez, a influência dos proprietários de terras nestas comunidades definia o caminho e a espacialização da energia, pois as curvas e retas concebidas e materializadas não deixaram de ser percebidas. Isto pôde ser observado quando a fiação elétrica desviava as casas de moradores-posseiros<sup>11</sup> e adentrava as propriedades particulares. Fato que aparentemente pode se confundir com um julgamento valorativo, todavia, estas práticas são potencializadas nestes projetos e comunidades distantes.

Desta forma, estes desvios num espectro pouco comum para o final do século XX, contribuem para que se redefinam relações arcaicas do trabalho na terra. Esta redefinição juntamente com outras mudanças sócio-espaciais, as quais se espacializam, produziram sob outras condições histórico-sociais, o morador-posseiro pagador de aluguel no campo e estão produzindo centralidades sócio-espaciais as quais, necessariamente, não se materializaram de imediato, através de uma estrutura, uma forma e funcionalidade, específicas, definidas a partir do espaço, expandido, irradiado e em eixos.

Estas relações incorporam conteúdos diversos posto que no desenvolver destes conteúdos as mediações se revelam e se ocultam, e, não se observa a espacialização de uma estrutura fixa, a qual mobiliza a produção destas centralidades, visto que, do Projeto de instalação datado do começo dos anos noventa, para o final dos anos 2000, um tempo cumulativamente pensado e estes momentos somente se consegue compreendê-los a partir desses fragmentos de tempo e espaço. Assim, o que se apresentava como um simples projeto daquilo que foi decidido em conjunto - ao longo das reuniões comunitárias - num tempo cumulativo, possibilitou que se compreendesse a espacialização e o sentido que, aos poucos, ganha o moderno. Isto também mediante as novas relações sociais impostas pelos novos níveis de mediações estabelecidos pelo consumo e a produção de novas necessidades sociais, as quais, distantes daquilo que pôde ser compreendido como radicais<sup>12</sup>, que contém o elemento negativo radical<sup>13</sup> e daquelas debatidas nos anos 80 no Brasil, através da produção social das formas espaciais<sup>14</sup> inerente a ideia de concepção do consumo coletivo, todavia, novas necessidades impostas pelos também novos serviços através duma divisão espacial do trabalho.

Portanto, se o dispêndio de trabalho empregado pelo lavrador na instalação da energia elétrica, como ainda, na ausência deste mesmo trabalho se tem a negação dos atributos daquilo que se constitui como uma das dimensões da materialidade do moderno (energia) e, junto a isto, com as mudanças sócio-espaciais que a instalação do projeto em si permitiu, na valorização de determinadas propriedades das comunidades em detrimento doutras, razão pela qual a reunião destes momentos é a forma pela qual, muito lentamente, os níveis e momentos da produção destas novas centralidades sócio-espaciais se realizam. É importante observar no mapa como se espacializa os serviços: de energia e água nas comunidades, implantados e projetados e a localização das comunidades em análise (Figura 5).

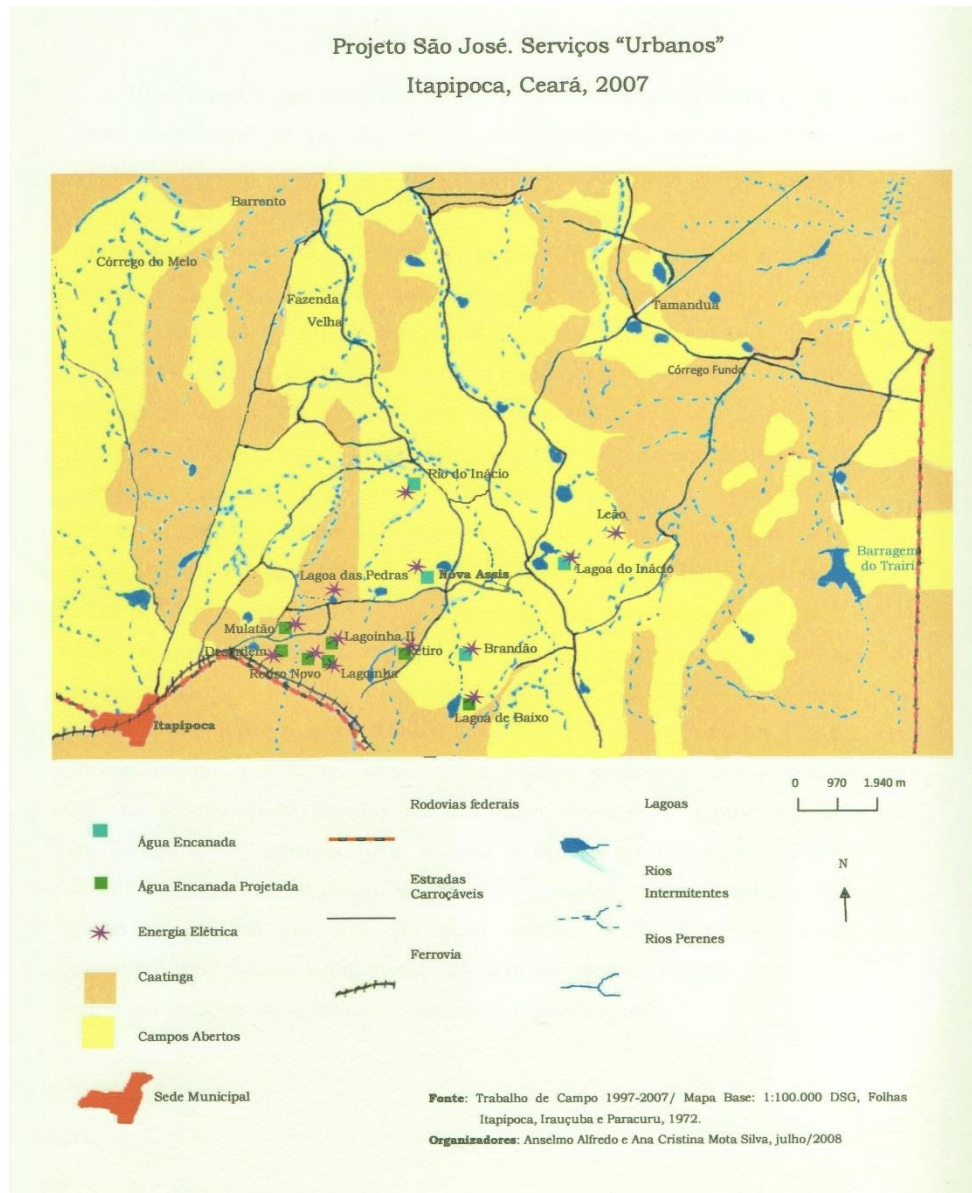
---

<sup>11</sup> Na época nas comunidades do Brandão; do Nova-Assis (Timbaúba) e do Rio do Inácio (Marotos), etc. Cf. Silva, 2009.

<sup>12</sup> Cf. Heller, 1996.

<sup>13</sup> Estas necessidades radicais como a realização da *práxis* num movimento espontâneo e necessário numa sociedade que se deseja cumprida, isto é na manifestação da positividade negativa como prática social e política. Cf. Lefebvre, 1965.

<sup>14</sup> Cf. Castells, 2000.



**Figura 5. Projeto São José Serviços “urbanos”. Itaipipoca, Ceará, 2007.**

Fonte: Trabalho de Campo 1997-2007/ Mapa Base: 1:100.000 DSG. Folhas: Itaipipoca, Irauçuba e Paracuru, 1972.

Organizadores: Anselmo Alfredo e Ana Cristina Mota Silva, julho/2008.

Uma coisa é pensar sobre estes elementos postos, outra é lidar com estes elementos se pondo, isto é, na relação do ser posto com o ser pressuposto existem níveis e relações sociais inerentes a esta reprodução, os quais se ocultam e se revelam o que lhes dá atributos da coisa realizada. Isto significa dizer que, quando se analisa o moderno e seus termos - conceito - a partir das mediações mobilizadas por esta produção espacial específica, muito se apreende através destes pequenos fragmentos e recortes (recuos), de tempo e espaço que aparecem quase como ausentes. E quando, se aponta a coisa já constituída, como resultante destas mesmas relações complexas e de difícil compreensão, pouco explicadas se corre o risco de não analisar os nexos sociais fundamentais do movimento do fenômeno, enfim, por exemplo, a afirmação de que o moderno se apropria do arcaico, como se fosse constituído numa distância espaço-temporal longe do espectro do pesquisador e das centralidades histórico-espaciais produzidas, esta afirmação nos impossibilita de apreendê-los, pois dada a

complexidade daquilo que se busca compreender e expor, encontrar a resultante do processo sem o processo social à medida que vai sendo constituindo se torna conveniente e seguro afirmá-la. Isto pôde ser pensado a partir do momento em que foram observadas formas genuínas de espacialidades que na simplicidade daquilo que guardam, expõem no movimento inverso da forma, o ser contraditório a esta forma, o qual tão prontamente foi identificado como complexo, sendo que, complexo já se constitui, todavia, como resultante de um processo social. E o processo social se constituindo? Existe uma distância para se pensar a coisa constituída da em constituição na relação do ser posto e pressuposto.

### **Moradores-possesores e serviços “urbanos” na produção das centralidades sócio-espaciais**

O qualitativo destes serviços “urbanos”, em particular, da energia elétrica para os moradores é uma questão importante e foi durante o trabalho de campo uma das perguntas - questionamentos - em que se fez uso da repetição – *retórica* - de modo que a mesma questão esteve presente em todas as entrevistas para todos os moradores com o objetivo de que na repetição daquilo que se constitui como igual, se revelasse ali, diferenças. Estas estão presentes não como o qualitativo de um processo social que se busca compreender - uma apropriação - mas como diferenças que se realizam a partir do que se pode consumir. O que do ponto de vista da reprodução dos lavradores se constitui o consumo como a diferença, pois significa a incorporação de elementos novos vislumbrados<sup>15</sup> e pouco acessíveis - e do pesquisador, aquilo que se reproduz e se coloca, como a igualdade de um processo social.

Os benefícios da instalação da energia elétrica alcançaram, segundo os depoimentos, dimensões que envolvem a reprodução da vida até, então, poucos concebidos<sup>16</sup>. Uma das primeiras - depoimentos da década noventa - atribuições advindas deste serviço diz respeito à ampliação do tempo de trabalho, inclusive, se levar em consideração a divisão sócio-espacial do trabalho no campo e, nestas comunidades em particular e em efetivo o trabalho feminino. Explicavam as mulheres a possibilidade de realizar com maior facilidade as tarefas da casa até mais tarde, pois a iluminação, assim, o permitia.

Neste caso, se referem às condições materiais postas em relação à casa pela luz elétrica, a saber, o movimento do ir e vir na casa. Como a concebem pra dentro e pra fora e até nos terreiros, sem precisar estar carregando a lamparina presa ao corpo, por exemplo, nas mãos. Já, num movimento inverso, com relação à diminuição do tempo de trabalho sintetizado na casa, ou seja, na reprodução da família, isto pode ser observado no depoimento seguinte:

A senhora comprou algum eletrodoméstico para casa depois da energia?

“Comprei uma geladeira e essa menina tem um rádio, toca fita, é muito difícil ela ligar, uma vez por outra só. E a geladeira foi muito bom porque antes a gente comprava uma carne e tinha que salgar, era

---

<sup>15</sup> Uma vez, logo assim que a energia foi estabelecida, em trabalho de campo, encontrou-se uma criança com um desenho de um televisor no braço, havia desenhado com o leite da castanha verde - semente do caju - a qual se denomina *maturi*. O leite do *maturi* ao tocar na pele fica para sempre! Perguntou-se por que havia feito aquele desenho no braço? Respondeu: Porque gostava! Explicou-se sobre a permanência do desenho no seu braço. Ela se riu e saiu! Ao carregar consigo uma concepção de moderno distante.

<sup>16</sup> Para os moradores locais com idade acima de 65 anos, a energia elétrica aparecia como algo impossível de ser pensado. Quanto mais materializada como projeto, por exemplo, prática social.

aquela dificuldade, não podia comprar muita. Uma verdura, uma fruta. Agora é tudo mais fácil! E a comida antes a gente fazia só aquele tantinho pra não estragar, agora não, se sobrar bota na geladeira”<sup>17</sup>.

Através também do consumo de eletrodomésticos (geladeiras, aparelhos de som, televisores, etc.). A aquisição desses equipamentos redefiniu, por um lado, o consumo mensal, ou seja, a compra de produtos perecíveis pouco consumidos e vislumbrados. Por outro, uma maior mobilização da atividade de criar, pois muito se observou à venda de criações de chiqueiro e do gado<sup>18</sup>, etc. para a compra destes equipamentos ao longo desses anos. Acrescenta-se a estes dois fatores um terceiro, que é o aumento da compra a prazo por parte destes moradores e, com isso, um maior endividamento em relação aos anos precedentes à instalação da energia elétrica. Dívidas que envolvem diretamente o salário-aposento através dos empréstimos bancários descontados na própria folha de pagamento e que também objetivam, na sua maioria, a compra de eletrodomésticos.

A ampliação do consumo e as novas necessidades, que vêm como atributo social deste impôs mudanças sociais significativas nestas comunidades, pois como reprodução de um processo social se pode afirmar que a ampliação do consumo é, ao mesmo tempo, a redução da sociabilidade entre os moradores na medida em que existiam limites impostos pelo acesso aos equipamentos, pois que demandavam investimento, custo, de modo que este os privava do acesso, por exemplo, do televisor, visto que, antes da energia elétrica, poucos moradores tinham acesso a este equipamento em casa, mediante as dificuldades imposta pela bateria: do levar e trazer para e da *Rua*, para carregá-la (repor energia).

Posteriormente, as condições de acesso aumentaram na medida em que os próprios carros de feira passaram a realizar o transporte da bateria. Este serviço já se colocando como um novo serviço nas comunidades. Serviço que lhes cobravam dois reais: um real para transportar à *Rua*, mais um real de pagamento para carregá-la. Este serviço durava para o consumidor um mês, isto quando a bateria era considerada nova, quando não, apenas 15 dias, de modo que ao se constituir num tipo de serviço, este já tem como uma das condições para se efetivar enquanto serviço - expedientes – um tempo medido a partir da mobilização espacial entre os moradores como um tempo diário instituído. À medida que se ampliou o acesso à televisão a bateria, algumas comunidades passaram a realizar o serviço, como demonstra a depoente a seguir:

E a televisão? Como vocês adquiriram a televisão?

“Foi, nós compreimo.

E como é que é? Compraram a prestação? De uma vez? Como é que foi?

Não, compreimo à vista mesmo, lá em Itapipoca.

Logo que chegou energia ou esperaram um pouquinho?

“Logo que chegou energia [energia], a gente tinha. A gente tinha televisão a bateria e darra muito trabaio, a gente tinha que carregar a bateria. A gente mandava encher no Deserto, mandava encher no Mulatão, tinha um pessoal que carregava a bateria da gente, era um trabaio danado. Por que fica melhor, né?”<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, janeiro de 2002. Comunidade do Rio do Inácio. Itapipoca, Ceará.

<sup>18</sup> As criações e o gado constituíram ao longo dos anos nestas comunidades uma espécie de poupança dos sitiantes, de modo que à venda e os negócios a partir da mesma são mobilizados a partir da instalação da energia elétrica, simultaneamente, o consumo do material de construção como ainda as reformas nas casas também se generalizaram quando da instalação do encanamento de água nas moradias. A mobilização daquilo que sintetizava a poupança – criações e gado – aumenta as compras a prazo, isto é, a mobilização simultânea do crédito do crédito.

<sup>19</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, janeiro de 2006. Comunidade da Desordem. Itapipoca, Ceará.

Sob estas condições sociais postas, esse tempo dedicado à televisão não estava incorporado como uma prática social, ainda se podia vislumbrar um tempo dedicado para visitas aos parentes e compadres, como prática costumeira. Prática social, inclusive, quando a televisão se fazia presente, a dividir a mobília da sala. Pois os custos e o acesso limitavam uma dedicação exclusiva da família à televisão a definir o tempo de permanência na mesma a priorizar a novela das oito somente. Esta prática posta pelo consumo destes eletrodomésticos como prática agrário-espacial com estes limites impostos não estava constituída nas comunidades. No entanto, o compartilhamento do tempo e espaço e as divisões que daí advém se punham e já apareciam como novo fenômeno sócio-espacial e prática.

Estes equipamentos não somente dividem a mobília da sala, mas parte do mobiliário como um todo, isto é, estão espalhados pela casa, dividem conversas, atenção, instituem um tempo e espaço a instituir, simultaneamente, o tempo e espaço do trabalho que se fragmenta a incorporar pelo consumo fragmentos definidos por estes equipamentos, a saber, a televisão, o celular, a moto, etc.

A sociabilidade como momento costumeiro das relações próximas entre os parentes e compadres, aos poucos, foi sendo redefinida pelas novas necessidades, as quais contavam com a mediação dos novos serviços e consumo. A pesquisa ao acompanhar estes momentos, por exemplo, da presença da energia e da ampliação do consumo de equipamentos, estes nos colocam uma dimensão espaço-temporal imprecisa, pois que a prática social se reproduz como repetitiva diante do consumo de mercadorias que já aparece como “práticas urbanas”. Neste caso, corre-se o risco de apreendê-las como fenômenos sociais que se generalizam como a totalidade do processo social, todavia, são fragmentos tempôro-espaciais que já se consolidaram e se reproduzem.

Todavia, ao fragmentar e dividir o tempo e o espaço social no campo nos dão elementos para pensar outros níveis de relações, razão pela qual se pode também afirmar que diminuiu o tempo de trabalho da atividade de criar à medida que se ampliou o consumo das máquinas forrageiras. Isto poderia ser pensado, por um lado, como desenvolvimento das forças produtivas, através da acessibilidade de tais equipamentos. A maioria dos lavradores proprietários hoje pode ser identificada como mantenedores destas máquinas, (para preparar - moer, triturar - as forragens diárias nas propriedades, no campo). Tais sitiantes reduziram o tempo de trabalho dedicado à atividade de criar, não através das “soltas” do gado e animais como se efetiva no inverno, senão através do consumo de máquinas forrageiras da cidade.

Por outro, se observou um maior direcionamento para o trabalho da plantação de pastagens<sup>20</sup>, visto que, diminuiu o tempo de trabalho no preparo da alimentação das criações no instante em que as máquinas possibilitaram uma maior produção das forragens em relação ao tempo de trabalho gasto anteriormente com a mesma preparação, antes realizada através do trabalho manual, no corte dado com a ajuda do facão, a foice e da quebra com a marreta.

Ao retomar a noção dos anos 80, sobre a difusão do consumo coletivo no Brasil, a qual tinha as cidades como centralidades, se destacam duas questões: a primeira, a de que os serviços “urbanos” que, aos poucos, se constituem no campo, por exemplo, “luz para todos! Água para

---

<sup>20</sup> Capim de várias espécies e roça de mandioca não para a produção da farinhada, e conseqüentemente, da farinha e derivados, mas para o gado e criações, ou seja, para passar na máquina e preparar a ração.

matar a sede da população no campo!”<sup>21</sup>. Carregam esta ilusão intrínseca à venda dos projetos de sociabilidade para estas comunidades. A segunda antecede ao término destes serviços “urbanos” que é uma projeção do que pode ser consumido e se dá interno às relações familiares.

Ademais, se consolida no campo relações práticas diretamente ligadas ao consumo destes equipamentos e que, quando estes serviços “urbanos” não têm como centralidade sócio espacial as comunidades como um todo, como politicamente são vendidos, estas comunidades mediante as práticas vislumbradas nas cidades e entre a vizinhança<sup>22</sup> que já têm como prática social o consumo de um tempo imposto pelo consumo (acesso) destes serviços “urbanos”, produzem lentamente centralidades sócio-espaciais, as quais se contrapõem ao que, anteriormente, se vislumbrava como inerente à reprodução social que se constituía no campo. Isto pode ser pensado doutra forma: uma coisa foi a redefinição da prática social dos que estão inseridos na centralidade dos serviços “urbanos”, fato que os leva a mediar níveis de relações as quais necessariamente atravessam o tempo e espaço impostos pelo acesso ao consumo. Outra é a forma pela qual estes serviços “urbanos” vêm redefinindo a reprodução destes moradores, na medida em que os mesmos não tiveram como inserção a centralidade posta pelo consumo imediato, como imposição prática que se realiza pelos mesmos. São momentos diferentes com relação a reprodução social nestas comunidades, isto porque, na medida em que se vislumbra a inserção em algo que está, ao mesmo tempo, distante e próximo, as mudanças sociais atingem a reprodução destes moradores de forma crítica, os quais passam a reproduzir valores e práticas antes só visualizadas e vislumbradas nas cidades<sup>23</sup>. Enfim, os moradores-posseiros que não estão inseridos na centralidade destes serviços “urbanos”, que num tempo próximo se reproduziam do trabalho na terra, embora sejam a maioria aposentados, deixam antigas moradias e a constituem na espacialidade destes serviços “urbanos”. Isto foi observado com relação a duas comunidades que têm parte da espacialidade constituída e definida por moradores-posseiros, os quais têm na territorialização da posse, a síntese do que se denomina aqui de lavrador, como originária da reprodução familiar com suas devidas mediações. Ambas as comunidades evidenciam esse momento, todavia, são fenômenos que se espacializam em condições diferenciadas para cada

---

<sup>21</sup> Isto aparece também no Projeto do Açude Gameleira que envolve as terras destas comunidades e liga-se aos projetos do Governo do Estado do Ceará de construção de Açudes através das desapropriações. Data o mesmo dos anos 50, mais precisamente do ano de 1958, ano de seca (ausência de chuva) nesta mesma região. Projeto que vem à tona em cada ano de eleição, ano político. Nas reuniões feitas para as comunidades locais a afirmação de que “você vão viver todos muito bem: quem quiser o dinheiro receberá o dinheiro e quem não quiser tem nas Agrovilas uma nova vida! E ainda: vocês poderão comprar o que quiserem com o dinheiro: celular, moto, uma casinha na cidade, etc. Numa das reuniões um dos membros da Comunidade de Rio do Inácio perguntou: e como vou criar meus capotes com um quintal desse tamanho e numa casinha de paredes juntas (congeminações)?” A resposta da coordenadora da reunião foi: “não se preocupe com isto agora!” Mas se para os lavradores o que permite sentir-se lavrador é a possibilidade de poder também criar, como eles mesmos destacam: “o que dar prazer a nós que cria é poder juntar uma bacia de ovos todos os dias!” É a possibilidade de plantar nas várzeas! Como explicam: “para no verão, nos sentimos mais tranquilos, porque temos àquele complemento para casa e criação”. Depoimento cedido em pesquisa de campo, janeiro de 2002. Comunidade do Rio do Inácio. Itapipoca, Ceará.

<sup>22</sup> A implantação desses projetos se efetiva em momentos diferentes dado que esta projeção para o consumo é mediada pelas relações próximas a realizar a reprodução ampliada do capital.

<sup>23</sup> Este momento é delicado, pois não se tem a realização de um modo de vida urbano e, nem tão pouco, um distanciamento - ruptura - da terra, das práticas antigas na terra para a reprodução familiar, como algo que já se estabelece como o outro dele mesmo. Tem-se, simultaneamente, uma reprodução crítica que necessariamente precisa ser exposta. Alguns momentos aparecem mais claramente. Lidar com estes níveis e mediações é um dos desafios presentes.



comunidade. Na primeira: comunidade do Brandão, se pode observar esta mobilização através da saída dos moradores-possesores:

E o pessoal que morava em cima? Não tinha umas casas pra cima?

“Tinha, o seu C. N.! já tinha ido se embora, já tinha ido se embora pra Conceição - tinha mais ninguém lá não! - e outros tinha ido se embora pra Lagoa do Inácio, outro tinham vindo se embora pra Lagoa das Pedras, outro foram pra Fostaleza. Só ficou mesmo nós acolá, da nossa casa pro ti Z. M. pra baixo, viu. Mais Zé. El.; Zé. N.; R. N.; Tinha mais ninguém não! Foram pra Cemoaba, Ant. N.; M.”<sup>24</sup>.

Em considerações ainda sobre a primeira comunidade, esse movimento se estabelece na medida em que os projetos - de luz e água - não inserem suas moradias como espacialidades, isto pode ser observado nas propriedades, a seguir localizadas - nas *terras comuns* - através das moradias vazias e fechadas com quintais de uso recente protegidos por cercas de faxina e através também das inúmeras plantações que lhes territorializam: dos bens de raiz (cajueiros, fruteiras, roça de mandioca, cacimbas, chiqueiros e dos instrumentos de pesca depositados no telhado, roças e flores). Entretanto, abandonadas e ocupadas apenas nalguns momentos específicos: durante o inverno para a preparação do roçado e no verão, *nos cajus*, para a colheita da safra das castanhas. Nesse movimento e sob condições determinadas o morador-possesore, agora, se reproduz numa relação espaço e tempo em que os serviços “urbanos” se põem também como mediadores sociais para a realização da plantação do roçado e da safra da castanha (inverno e verão, respectivamente), (Figuras 6 e 7).



**Figura 6. Comunidade do Brandão. Itapipoca, Ceará.**

O cercado a proteger a casa, feito nos anos posteriores à primeira pesquisa de campo. A segunda cerca de faxina defende os bens de raiz. Na areia as marcas das motos e carros a estabelecer um tempo e espaço outrora nunca vistos.

Foto: Anselmo Alfredo, 2006.

---

<sup>24</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, julho de 2007. Comunidade da Lagoa das Pedras dos Rodrigues. Itapipoca, Ceará. A mobilização espacial constituída como movimento dos que deixaram a comunidade revela a procura da centralidade destes serviços “urbanos” para as comunidades que já dispõem destes há pelo menos três anos - em relação aos últimos instalados - como também se mobilizam para a capital cearense, o que duplamente se espacializa, a mobilização espacial dos serviços e destes moradores, em busca dos serviços, ambas a produzirem à centralidade sócio-espacial dos mesmos.



**Figura 7. Comunidade de Brandão, Itapipoca, Ceará.**

Casa fechada de moradores-posseiros que a deixaram em busca de vizinhos e serviços “urbanos”. Os utensílios de trabalho na terra permanecem ali “esquecidos” no quintal.

Foto: Anselmo Alfredo, 2006.

E esse pessoal todo plantava roça?

“Plantarra. Tudo plantarra roça, plantarra algodão, nechí tempo que tinha algodão que darra - aqui a negrada reri [vive] é disso mermo, todo mundo é disso mermo. Ali pra cima tem bem uns quatro ali num tem mais nada, tão tudo abandonado, né? Agora só daqui pra trás. As casaréas [casa velha] é tudo fechada aí - produzia algodão, a gente plantarra algodão, plantarra. Aí o réi Non. morarra aculá em cima foi, saiu pra Lagoa das Pedras, lá morreu agora semana passada, aí tinha o réi Ch. Non. [...] foi se embora, pra, pra Conceição. O Ch. Non. morarra também lá, [...], fez uma casa na Lagoa das Pedras foi morar na Lagoa das Pedras. O Ant. Xav. que é essa casa que tem aculá em cima, [...] ele foi se embora pra Lagoa das Pedras, aí nem, nem a luz que foi pra lá, nem a água foi pra lá, e aí ele saiu foi, foi pra Lagoa das Pedras também morar, taí tem quatro casas que num têm ninguém. E num é a dona Ma. Fa. rapaz!” (esposa).

E porque será que eles saíram?

“Porque nem luz e nem água num foi lá, parece que eles num era da comunidade. Tem, é a do réi Non.; a do finado Non.; tem que ainda tá em pé, a casaréa [casa velha], do réi [velho] No.; tem do Ch. Non.; tem do Ch. Nor e do Ant. Xav. Porque nem luz e nem água num foi lá. Foram pros outros cantos aí, a luz que devia ter ido até lá, num foi, né? Só réi [veio] inté aqui e roltou [voltou] pra trás. A água era pro mode ter ido, o Projeto talvez, divia ter levado inté lá, né? Roltou daqui tombém, aí o pessoal no sofrimento, dois réi, [velho]. Sei que ela sentiu inté um desgosto grande da casa, diz ela ramo é se embora daqui, aquela bem ali da frente, depois dessa outra”.

“E a casa ali depois da Ma. Fa. que a senhora falou que morava um senhor ele foi para onde? Conceição. O Ch. Nor. Tá morando lá na Conceição. Tá tudo gravado? É? Tem o Ch. Non. também morarra ali também, foi mais na frente. Naquela outra mais na frente, foram naquela outra mais da frente? É a do Ch. Non. foi se embora pra Lagoa das Pedras, fez uma casa lá na Lagoa das Pedras, o Ch. Non. anda por aí durante o rerão [verão], cuidando das castanhas e brocando um roçadim rei [velho], mais é a morada dele agora é na Lagoa das Pedras mermo”<sup>25</sup>.

É importante observar que no depoimento os moradores-posseiros se referem também ao trabalho que realizavam através da plantação do algodão - roçados. Nestas comunidades o

<sup>25</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, janeiro de 2007. Brandão. Itapipoca, Ceará.

algodão deixou de ser plantado há mais 20 anos, na época da crise do bicudo, afetando as principais regiões produtoras de algodão<sup>26</sup>.

O algodão durante esta crise baixou o preço, na venda da arroba de algodão. De modo que afetou diretamente os produtores de algodão e intermediários, os quais também compravam o algodão produzido nos municípios, produção que reunia a dos posseiros – tempo de trabalho dedicado ao roçado, os quais também vendiam na comunidade para os proprietários lavradores e negociantes locais que os reunia no armazém durante a safra e, posteriormente, as vendiam para os intermediários na Rua. Estes enquanto, intermediários, vendiam estas arrobas de algodão para outros compradores na capital cearense.

Nesta cadeia de relações sociais de produção se formalizava a realização da mercadoria algodão, a qual realizava os termos da relação de compra e a venda, a envolver estes moradores-posseiros (produtores, trabalhadores do alugado, rendeiros e vendedores) e proprietários lavradores negociantes (compradores e atravessadores) nas comunidades.

A produção algodoeira vigorou como a principal, durante quase 60 anos, vindo a perecer no começo dos anos 80, atualmente ninguém<sup>27</sup> mais produz (planta) algodão. Um movimento semelhante pode ser vislumbrado com relação a safra da castanha.

No depoimento acima, se pode perceber também a interrogante dos moradores-posseiros com relação ao projeto da água encanada, do mesmo não ter especializado a casa dos vizinhos de longas décadas. Ao expressar “pareciam que não eram da comunidade”, se evidencia também o sentido da relação recíproca e mútua herdadas da *moral* destes sitiantes. A sociabilidade entre eles se consolida através do conhecer os vizinhos, as criações, o trabalho do roçado, os familiares, enfim, a territorialidade produzida ao longo dos anos, a qual materializa uma relação comum, de um uso antigo e costumeiro das terras que foram apossadas como “terras comuns”.

Todavia, os moradores-posseiros se referem aos que deixaram as casas e vêm realizar o trabalho na estação do verão, cuidar dos cajueiros, apanhar as castanhas, pagar a renda da terra e preparar a terra para o roçado para a estação do inverno. Evidência de que ainda há uma reprodução com base na terra (trabalho). Contudo, mantém moradia na espacialidade dos serviços “urbanos”, com água e energia elétrica, instalados na casa de morada, mas a reprodução na lavra aparece como composição da renda familiar, na medida em que o aposento também participa desta reprodução.

Estes moradores-posseiros fazem parte do momento da territorialização da posse das *terras comuns*. É importante observar que através de fenômenos diferenciados estão presentes e por sua vez, aparecem noutros momentos, sob novos fenômenos sócio-espaciais, isto de algum modo reafirma algo que vem sendo apreciado com relação aos níveis de relações espaço-temporais, as quais fragmentam e dispersam para num movimento posterior constituir diferenças sócio-espaciais que noutra dimensão revelam as centralidades sócio-espaciais que ao longo destas décadas se espacializam. Isto significa dizer que através de pequenos recuos os conteúdos sociais estarão presentes como *descontinuidades*, isto vem a se manifestar seja a

---

<sup>26</sup> Cf. Sampaio, 1981.

<sup>27</sup> Para não dizer que não há exceção, durante a última pesquisa de campo, um comerciante nos informou que estava com vontade de plantar o algodão, para fazer a experiência, ver se dava (produzia). Não sei se o mesmo chegou a plantar. Depoimento cedido em pesquisa de campo, julho de 2007. Comunidade do Rio do Inácio. Itapipoca, Ceará.

partir do movimento de mobilização das terras *comuns*, dos fazendeiros com *domínios próximos*, dos proprietários de terras os quais mantiveram por longas décadas *domínios distantes*, nas espacialidades advindas da *Rua*, na produção das centralidades sócio-espaciais à procura da *rua*, no trabalho do roçado e na condição posta atualmente no morador-consumidor, etc. todos estes elementos evidenciam relações espaço-temporais a produzir e realizar as condições duma reprodução crítica como prática agrário-espacial originária nestas comunidades. Assim, os níveis e dimensões discutidos é o movimento pelo qual se torna possível a apreensão destas condições materiais como processo social.

Agora eu queria perguntar outra coisa; vocês moraram quantos anos naquela casa ali nos Brandões?

“Nós moremo 46 anos na mesma casa, depois de casados. Aquela casa é a casa que nós viemos se embora pra lá quando nós se casemo. Nós casemo no dia 29 de setembro do 60, e no dia 6 de outubro do 60 nós viemo se embora pra aquela casa. Ali nós construimo nossa família, [...]. Olhe homem, um sujeito [sic] daquele só nós, lá naquele confins de mundo, sem ter. Uns ganharam água e luz e nós não ganhamo água e luz, fiquemo no escuro direto. Essa última, esse último rapaz que morreu por último, morreu sete hora da noite, e aí nós tiremo só eu e ela e Deus, tirema a noite todinha pastorando eche [esse] rapaz, por que não tinha por uma pessoa pra mandar rim aqui na Lagoa das Pedras ou nos Brandão ou no Nova Assis pra arrisar [avisar] que o rapaz tava morto. Nós pastorando ele, lá [sic]. Aí ficou isolada, luz no tinha, água no tinha, pra gente butar água do ri, todo dia ir buscar uma carga d’água do ri uma lonjura mais mostra do mundo - era meia légua a distância de buscar a carga d’água no ri - lá aonde morou o seu C. M. Aí foi o tempo que chegou essa água encanada nas outras casas aí não tinha nem companhia pra mim ficar no ri, pra me ajudar butar a carga, aí eu fui diche [disse] pra ele: Ant. que saber duma coisa vamo se arrancar daqui, por que você não agüenta ir pro ri mais eu, aí eu sozinha eu não posso butar essa carga, ontói [então] tem água e luz também que nós não somos pior do que os outros. Se arrumar uma casa na Lagoa das Pedras tu rai? Ora eu vou me embora até hoje do jeito que eu tô com vontade de ir me embora daqui, eu vou me embora. Mais só que a gente tava com a casa cheia de castanha do Ann., né. Eu disse: mais nós não pode ir embora hoje tão depressa assim, eu vou arrumar a casa, aí you arrisar pro homem que venha pegar as castanhas, aí quando ele tirar as castanhas, aí nós fecha as portas e vamos se embora pra Lagoa das Pedras. Aí fizemo desse jeito. Aí fizemo desse jeito viemo pra cá”<sup>28</sup>.

No caso da segunda comunidade do Nova-Assis, a qual fundamenta um fenômeno parecido, os moradores-posseiros mantêm à moradia apossada e constroem uma segunda moradia na centralidade dos serviços “urbanos”, isto é, na espacialidade onde estes serviços estão mais presentes. Construções que envolvem terras compradas, - lotes -, e também as terras de Santo com pagamento dos foros.

Há casos também em que estes moradores-posseiros mantêm, somente, os lotes lindeiros<sup>29</sup> aos já construídos, fechados e aos ocupados.

Lotes construídos, casas novas, construções em andamento, lotes cercados com cerca de arame, lotes abertos entre as construções concluídas, venda de lotes, lotes comprados. Esta mobilização espacial realiza um movimento com relação a terra que redefine a noção de lote, a qual nasce quando a mobilização da propriedade territorial nos dá condições para pensar à terra urbana sua mobilização social. Isto se coloca a partir da abstração dos conteúdos sociais impostos pela mobilização da propriedade que se quantifica como relação social a produzir qualidades que não mais podem ser identificadas como inerentes às condições históricas de uma (re) produção de relações agrárias.

<sup>28</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, julho de 2007. Comunidade de Lagoa das Pedras dos Rodrigues. Itapipoca, Ceará.

<sup>29</sup> Isto observado no último ano de pesquisa de campo, julho de 2007. Itapipoca, Ceará.

Estaríamos distantes dos conteúdos sociais daquilo que qualifica as práticas dos lavradores, e, mais do que isto, do que se constitui como base material para a realização desta? O lote se origina no campo, intrínseco às propriedades, todavia, na comunidade e como fenômeno novo em relação aos momentos de *instituição e destituição* da propriedade territorial no Brasil. Não se produz lotes sem quarteirões, e também sem cidades, de modo que pensar estas centralidades nos impõe também a redefinir e aprofundar conceitos antigos e novos.

Poder-se-ia dizer - num breve recuo histórico - que os lotes são originários da formação dos *patrimônios* na medida em que se institui um doador a formar um povoado, produzindo, através da mobilização e divisão da propriedade territorial em lotes, as condições de manutenção deste mesmo patrimônio que se formou. Contudo, o patrimônio foi formado em décadas anteriores, visto que, as condições da criação de lotes aparecem como fenômeno novo e não diz respeito à divisão e mobilização da propriedade antiga, corresponde a uma divisão nova de 2, 3 anos, efetivamente.

Convém ainda esclarecer que não se trata, na comunidade, da criação de loteamentos<sup>30</sup>, mas de pequenos lotes, do lote e do quadrado. Este dividido e alinhado a formar a rua, de modo que não se abstraiu espacialmente aquilo que constitui os elementos reguladores de uma produção espacial na medida em que se observa que a forma espacial se sobressai no processo de produção como uma das medidas de não se abstrair os elementos que possibilitam nesta produção a espacialização de um padrão, modelo, das normas resultantes desta concepção espacial, a qual realiza no lote a abstração dos conteúdos sociais<sup>31</sup> antes territorializados através da posse, aqui se reproduz no campo. Razão pela qual este processo se realizando no campo, ao se produzir aqui o lote, se produz o lote no campo. E não mais se sintetiza na terra as condições sociais de reprodução agrária e da atividade de criar. Ao contrário, se realiza ali, naquela produção próxima e contínua os sentidos de morar entre vizinhos, no lote, na rua.

“(...) o lote demora muito a aparecer em nossa história e, particularmente, em nossa cidade, (...). Por isso, nesse processo claro, mas lento, os termos lote, lotear, loteamento, loteiro vão surgir e se tornar mais frequentes somente no fim dos oitocentos. Muito raramente aparecem antes, quanto mais em 1821, no já citado documento de José Bonifácio. Seu 3º. item recomenda, o respeito da questão agrária, que ‘não se dem mais Sesmarias gratuitas...’ (Falcão, 2, 100). Aliás, a 7ª recomendação, também de cunho rural, nos introduz ao problema da forma das glebas e dos lotes: ‘ao longo de rios, ou ribeirões, que servão de aguadas se devem estreitar as testadas...para que todos, ou a maior parte dos Colonos possam gozar comodamente quanto possível for da utilidade das ditas aguadas’<sup>32</sup>.

Há exceção é claro, no instante em que se busca a centralidade dos serviços “urbanos” e, simultaneamente, se mantém outras propriedades nas terras territorializadas como *terras comuns* e mesmo quando esta mobilização se dá dentro do domínio da propriedade territorial a alcançar os serviços “urbanos”, sem necessariamente deixá-la. Este tipo de mobilização

---

<sup>30</sup> O loteamento também é resultante da divisão e fragmentação da propriedade, no geral de grandes parcelas de terras. Neste caso, primeiro se produz o loteamento, posteriormente, divide em lotes, como subdivisão do loteamento. Para o caso da pesquisa em questão, a divisão da pequena propriedade já resultou em lotes, de modo que os loteamentos ocorreram até onde se pôde analisar há pelo menos 50 anos, quando da divisão duma antiga fazenda a formar outros proprietários de terras. Assim, as terras da fazenda divididas e transformadas em propriedades menores e estas, posteriormente em pequenos lotes para realizar a moradia entre vizinhos na década de 2000, na comunidade do Nova-Assis.

<sup>31</sup> Para uma compreensão da abstração destes conteúdos sociais na mobilização espacial dos elementos qualitativos aos quantitativos a partir das condições materiais postas na terra urbana, como produção do espaço urbano no XIX. Cf. Silva, 2005.

<sup>32</sup> Cf. Marx, 1991, páginas 109 e 120.

espacial só pode ser realizada por aqueles que têm o domínio da propriedade territorial, ou seja, pelos proprietários de terras e não através da mobilização espacial dos moradores-possesores. Esta é uma das particularidades que se revela, ao mesmo tempo, como inerente ao mesmo fenômeno sócio-espacial, sob condições sociais diferenciadas. Isto explica o fato de se buscar evidenciar estas centralidades sócio-espaciais de início através destes moradores-possesores e não dos proprietários de terras, estes apontam as diferenças no processo social, todavia, apontam elementos comuns: o vislumbre dos serviços “urbanos” como mediação do consumo. Desse modo, estes proprietários continuam se reproduzindo como proprietários e lavradores e o processo de mobilização espacial não aparece como limite de reprodução.

Já para a maioria dos moradores-possesores, os limites estão expostos/impostos, de modo que ao deixarem as antigas posses, este processo se apresenta como natural, do qual são banidas as condições histórico-sociais que estão mobilizando a busca por estes serviços “urbanos”. E esta naturalização das condições objetivas, as quais mobilizam estes moradores-possesores, serve de argumento aos que mantêm o domínio da propriedade territorial, domínio próximo atualmente, domínio este territorializado por estas posses, quando ainda se constituía propriedade, em terras com *domínios distantes* apropriadas como *terras comuns*.

Contudo, isto não impede, ao contrário, redobram-se os limites da nova reprodução nos novos lotes adquiridos, na produção espacial das centralidades determinadas pelos serviços “urbanos”. Por sua vez, encontram limites de reprodução postos nas antigas moradas apossadas, deixadas para trás e nas novas moradas que sintetizam muitas das condições de se morar na *rua* entre vizinhos. Portanto, a (i) mobilização espacial resulta também nestas diferenças sócio-espaciais na produção de centralidades sócio-espaciais impostas pelos serviços “urbanos”.

Em pesquisa de campo em julho de 2007, na procura pelos moradores que estão produzindo este processo de mobilização espacial, se visitou uma família que havia mudado há pouco menos de um ano. Se pôde observar como estes limites estão presentes para estes moradores-possesores que fazem parte desta mobilização espacial. Isto se mostra através da casa nova construída de tijolo com quintal pequeno e limpo. Alguns pés de roça, poucos, 5 ou 6; três cajueiros grandes, um dos quais guardava feixes de lenhas na vertical. A casa cercada de arame em volta, portão de arame e alpendre. Casa com energia elétrica e água encanada. Na sala, uma galinha sobre as marcas do novo território, presa por um fio numa estante de ferro, sobre esta, feixes de palha de carnaúba, o começo de algumas tranças em círculos amarradas, uma bolsa nova para vender feita de palha para apanhar feijão. Na longa tarde passada na casa, se ouvia ao longe a televisão - na camarinha - a falar sem cansar. Revelava a espacialidade de um novo tempo.

E aqui de quem que é? É de vocês?

“É do N. R. Aqui ainda é alugado. Nós tamo aqui alugado. Pagando alugue”.

Quanto é o aluguel aqui?

“70. Fora a luz e a água, né? 70, só a casa mesmo”<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, julho de 2007. Comunidade da Lagoa das Pedras dos Rodrigues. Itapipoca, Ceará.



Por sua vez, a temporalidade que se estabelece não mais diz respeito às atividades que envolvem diretamente a terra, como a plantação. E ao perguntar sobre a criação de terreiro presa na sala, nos falaram sobre as dificuldades de manter criações de terreiro entre vizinhos, pois o vizinho mais próximo não permite criação de terreiro, por que *atentam muito*, então, resolveram deixar à atividade de criação de terreiro para evitar conflitos com a vizinhança. E todas, às vezes, que desejam se alimentar de criação de terreiro as compram na comunidade dos moradores-posseiros que ainda mantêm a atividade de criar: criações de chiqueiro e de terreiro. Assim, a galinha presa já faz parte da compra para o almoço futuro (de domingo), compram e prendem na sala, para não faltarem com a criação na casa, expuseram.

Com relação às palhas a moradora-posseira faz pequenos utensílios, os quais contribuem para realizar o trabalho na terra de outros moradores que os compram: o trabalho no roçado (bolsas, surrões, chapéus) doméstico (vassouras) e, para as mobílias (tapetes arredondados) das casas e o trabalho da montaria, (esteiras). Tais utensílios componentes da reprodução familiar realizam as trocas da mercadoria: utensílios de palha nas figuras do vendedor e do comprador locais. Utensílios que equivalem a 5 e 8 reais, a unidade e que contribuem na composição do salário-aposento.

Deste modo, aquilo que aparece como elemento comum a ambas as comunidades é o fato de que esta mobilização espacial diz respeito aos moradores-posseiros que se reproduziam, em sua maioria, das lavras. E se pode identificar ainda hoje, os que mantêm os lotes de terras nas centralidades dos serviços “urbanos” e continuam se reproduzindo na terra, ou seja, mantêm a atividade de criar e do roçado, em concomitância. No entanto, nestes casos, foi redefinido o tamanho dos roçados. As plantações são menores e se realizam quase que exclusivamente nos quintais (para comer verde!) e, às vezes, através das pequenas brocas, isto é, pequenos desmatamentos acompanhados de queimada.

Plantam roçados (milho, feijão e jerimuns). Plantam roça (mandioca). Fazem a farinha, vendem a farinha na “Rua” e fazem as feiras (compra, mercantil e negócios) para a manutenção da casa. Mantêm a atividade de criar: criações de chiqueiro (cabras, por exemplo) e de terreiro. Isto se realiza num movimento quase circular. Contudo, a maioria, hoje está aposentada, movimento que os identifica como sitiantes. Estes casos encontrados<sup>34</sup> não podem ser pensados para todas as comunidades como uma dedicação exclusiva a produção de roçados. Como processo social, esta produção far-se-á como reprodução social crítica. Todavia, os casos encontrados não podem deixar de ser analisados e expostos. Diferenças sócio-espaciais que desvelam a forma pela qual se deu a territorialização/apropriação da terra entre as comunidades.

Há casos também em que os moradores-posseiros subsequentes, não se reproduzem das lavras e nem da atividade de criar, mantendo expedientes, serviços “urbanos”, fora dos limites da territorialização da posse. Esta reprodução se realiza na família, em que todos se constituem como moradores-posseiro, todavia, a divisão social (espacial) do trabalho<sup>35</sup>, revela lavradores

---

<sup>34</sup> Isto pode ser pensado ainda para o caso de um proprietário de terras e fazendeiro, o único encontrado nas comunidades em análise que mantém a produção de roçados anualmente e com um trabalhador alugado. Junto a isto mantém na fazenda a atividade de criar costumeiramente com rebanho de gado criado nas terras da propriedade, rebanho solto. Mantém próximo à casa apenas algumas vacas para o consumo próprio do leite e derivados.

<sup>35</sup> A divisão do trabalho compreendida do ponto de vista espacial diz respeito à produção de novos espaços a partir também de novos deslocamentos sob as transformações e criações de serviços ditados pelas mudanças de atividades econômicas industriais. Esse movimento de compreensão foi realizado para pensar estas

e servidores, a saber, filhos de pais lavradores, que se reproduzem, parte como lavradores, outra como servidores (professores e merendeiras locais). Em síntese cada um, de forma diferenciada, vislumbra e busca algo que lhes aparece como elemento comum: à centralidade dos serviços “urbanos” sob um tempo e espaço fragmentados.

Destarte, deixar para trás posses constituídas há décadas aparece como um movimento que se revela de imediato como espontâneo, livre e é fundamentado para que lhes apareça desse modo, todavia, para aqueles que a deixam, o fazem em conflito. No limite o que se observou foi uma longa espera para que estabeleçam os projetos de água e luz e também uma projeção do consumo dos mesmos. Portanto, a procura por estes moradores-posseiros da centralidade dos serviços “urbanos” é posterior. No depoimento abaixo, se pode vislumbrar este momento de espera por estes serviços.

O que a senhora acha da energia?

“Bom, eles passaram aqui mediram. Tá vendo aquele pau lá na cerca, foram eles que botaram, é a marca de onde ela vai chegar. Eu ia achar bom por que tenho visto por aí com o pessoal que tem energia que eles passaram a economizar o óleo, então é mais barato, e também se a gente compra uma carne não precisa ficar salgando, um peixe. Aí é mais em conta pra nós. Pra lá demoraram, mas chegou”<sup>36</sup>.

Conflito social, o qual aparece como imanente à nova forma de reprodução, como parte de uma prática que não mais se reproduz nos termos de uma territorialização próxima, mas que se procura mantê-la, ainda que sob a forma do conflito, numa reprodução espacialmente circunscrita das relações subjetivas. Estas incorporadas e reproduzidas a partir dos antigos posseiros desapossados (desapropriados).

Uma maior mobilização espacial, ao mesmo tempo, por exemplo, de como as relações subjetivas se realizam objetivamente, está presente na comunidade do Nova-Assis e se revela quando uma moradora-posseira ao ser desapropriada das *terras comuns*, noutras famílias se materializa a incorporação destas relações subjetivas, as quais, ao se realizarem objetivamente, possibilitam, por um lado, o fortalecimento dos novos proprietários, por outro, a privação da territorialização constituída através de posses antigas, advindas também da herdade das *terras comuns*, de modo que, os lotes, as construções novas, as projeções, etc. são síntese, daquilo que não mais constitui uma seguridade para o lavrador e para os membros da família.

Estes moradores-posseiros ameaçados subjetivamente, em conflitos sociais asseguram outras moradias na centralidade destes serviços na proporção em que se sentem ameaçados. Todos procuram objetivamente realizar os termos daquilo que não mais aparece como unidade e que, particularmente, se realizava através da apropriação e reprodução do uso comum, quando da territorialização das *terras comuns*, das posses. E, no momento em que o processo de desapropriação - não expresso através da violência da expulsão, como resultado de uma ação imediata, todavia, através dos termos daquilo que reúne e forma, a alegação do *domínio próximo* da propriedade pelos proprietários, - aparece através das audiências judiciais, dos

---

transformações na metrópole de São Paulo. Contudo, como realidade efetiva permite compreender a reprodução social brasileira também como um momento de crise, a qual se revela a partir destas mudanças sociais numa mesma reprodução social, como reprodução social crítica. Este movimento pode ser vislumbrado. Cf. Carlos, 2008.

<sup>36</sup> Depoimento cedido em pesquisa de campo, janeiro de 2002. Comunidade do Brandão. Itapipoca, Ceará.

insultos, das privações ao uso comum, dos conflitos resultantes da obrigatoriedade da renda da terra. Enfim, da redefinição do uso comum das *terras comuns*, neste caso, a reprodução social das demais famílias de moradores-posseiros se encontra também ameaçada.

Desta forma, a seguridade é deslocada para além da centralidade daquilo que os diferenciava como território de posseiros e, em especial, dos moradores-posseiros e se coloca nas centralidades sócio-espaciais produzidas que já constituem os serviços “urbanos” e no consumo dos mesmos.

É importante ressaltar, que as centralidades sócio-espaciais produzidas a partir da imposição destes serviços “urbanos” já se constituem como processo que vem ocorrendo há quase duas décadas e meias. O projeto de energia elétrica mobilizou espacialmente famílias ribeirinhas para constituírem moradias próximas a esta centralidade.

Nesse sentido, constituíram o que eles chamam na comunidade do Nova-Assis, a rua das máquinas forrageiras (atualmente da caixa d’água da comunidade), de modo que esta atribuição está diretamente ligada ao tipo de atividade exercida por estas famílias, todavia, outras famílias também foram mobilizadas espacialmente, numa mobilização, posterior, através da fragmentação das pequenas propriedades e da venda de pequenos lotes de terra na comunidade do Nova-Assis. Porém, de início, a espacialidade é, essencialmente, de um antigo lavrador; em seguida, do lavrador e criador, este mantém fechada a casa sede da fazenda e construiu uma nova<sup>37</sup> moradia; posteriormente, se mobilizou também um criador proprietário de terras. E, por último, antigos moradores-posseiros; assentados<sup>38</sup>; moradores locais; moradores que também se reproduzem de pequenos expedientes na “Rua” - Itapipoca, etc. Por sua vez, todos se espacializaram na busca da centralidade dos serviços “urbanos”, a manterem relações próximas e dos serviços “urbanos”. Visto que, entre as moradias está materializada também a caixa d’água do atual projeto de água encanada (2006), espacializado em terras cedidas de um dos fazendeiros locais. Este possibilitou a constituição do encanamento na medida em que não somente cedeu a terra para construção da caixa d’água, no aproveitamento - diminuição dos custos - de um antigo cacimbão, também cedido de um compadre e, antigo vizinho ribeirinho, entretanto, às cedeu - terras - para que se pudesse realizar o encanamento como um todo. Isto porque tal encanamento faz um percurso, às vezes, por dentro destas terras, noutras partes mantém-se linear, um pouco mais por fora da propriedade a acompanhar a estrada de terra. Contudo, tendo sua gênese nas águas do Rio Mundaú, terras que também abrangem estas águas, terras, as quais lhes pertencem, necessitaram desta cessão para a realização do projeto.

Aqui se faz necessário pontuar duas questões: a primeira, a impossibilidade colocada de imediato para a realização do projeto de encanamento, pois na concepção do projeto, as terras que o abrigaria não foram cedidas pelo proprietário, isto inviabilizava a instalação do mesmo. Inicialmente o projeto tinha a construção definida nas terras que mantiveram por mais de 40 anos a territorialização dos moradores-posseiros, as moradas dos Lopes e Motas. A segunda é a de que diante deste impedimento a comunidade nas reuniões comunitárias, resolveu mudar a

---

<sup>37</sup> A família de proprietários lavradores e criadores, afirma que se sentia isolada de tudo, queria uma casa menor, com banheiro, energia, próxima à rua (do Nova-Assis) e com vizinhos. Este isolamento se deu, também, logo após a desapropriação (expulsão) de antigos vizinhos e compadres ribeirinhos. Depoimento cedido em reunião comunitária, dezembro de 2000. Nova-Assis. Itapipoca, Ceará.

<sup>38</sup> Uma família advinda doutras comunidades distantes, da Praia, para cuidar de um assentamento na comunidade de Nova-Assis. Família de aposentados que plantava roçado e apanhava as castanhas da propriedade, esta vendida no ano de 2007 para outro proprietário com terras lindeiras.

construção do projeto, antes concebida e o construiu nas terras vizinhas ao primeiro projeto elaborado, de modo que, às terras cedidas foram postas como a segunda possibilidade. Isto por que este proprietário muito prontamente as cedeu, como parte da prática social que aparece ainda como um dos resíduos do ser comunitário, o qual resulta na realização de formas de sociabilidade que ainda perduram nestas comunidades, numa relação recíproca e antiga, da *moral* e do *favor* encontrada no campo e que se reproduz - em momentos com conflitos - entre compadres, lavradores e parentes. Esta concessão se realizou, não por que o proprietário estava diretamente relacionando o encanamento com a possibilidade de melhorias e benefícios nas terras, pelo contrário, o vislumbre passa por algo que diz respeito diretamente à unidade familiar: a dificuldade de acesso à água. Vislumbre que se deu em décadas antecedentes, com o projeto da luz e nas posteriores com o da água encanada. Objetividade posta pelos serviços “urbanos”.

Em reuniões posteriores (2006), este mesmo proprietário cedeu outras terras para a construção do salão comunitário<sup>39</sup>, contudo, em reunião de 2007 a comunidade negou-lhe a concessão, pois ao construir o salão comunitário fora da centralidade da igreja, isto é, da rua - às terras doadas se localizavam no caminho da caixa d'água para além da igreja - os moradores corriam o risco de se dispersarem das reuniões<sup>40</sup> e da prática religiosa (igreja), ou seja, das atividades comunitárias centralizadas na rua.

Em síntese, em situações e espacialidades diferenciadas se observa à busca pela centralidade dos serviços “urbanos”. Por conseguinte, através dos moradores do campo e no campo.

Todavia, se deve esclarecer que não se busca aqui um apelo a realização de uma economia política do espaço, o que se daria através destes serviços “urbanos”, ao contrário, a questão que fundamenta a compreensão da (i) mobilização espacial, a formarem centralidades no campo, atravessadas pela territorialização antiga e *mansa*, através da posse da terra, é a de que como estes elementos - produção espacial e territorialização - esclarecem as condições sociais da reprodução crítica destes lavradores. Por sua vez, a terra na sua forma de propriedade privada se constitui aqui como uma das condições fundantes, isto, ao considerar todos os aspectos até então expostos.

As novas formas de reprodução, a envolver o trabalho na terra e a mobilização espacial ainda não foram identificadas na íntegra, as quais se realizam também através da construção de moradias; nas centralidades sócio-espaciais dos serviços “urbanos”; na mudança para a

---

<sup>39</sup> Este salão foi apropriado como parte da escola da comunidade - sala de aula - e como a localização do mesmo se tornava perigosa para as crianças que ali estudavam, visto que, a cada dia aumentava a circulação de automóveis e motos nas estradas, a comunidade objetivava construir um novo salão e destruir o antigo. Já que também a escola havia passado por uma reforma e ampliado as salas de aulas e não mais necessitava do salão. Este salão também havia sido construído através do trabalho comunitário e em terras cedidas por um antigo proprietário, já falecido. De modo que se objetivava a venda do mesmo para a construção de um novo, construção que naquele momento ainda estava indefinida.

<sup>40</sup> Cada comunidade é composta por um presidente, representante local, um tesoureiro e uma secretária, todos os membros escolhidos em reunião comunitária. A maioria dos benefícios que vêm são discutidos em reuniões comunitárias. Hoje eles têm dificuldade de distribuição das tarefas comunitárias. Isto, posto na reunião. Alguns se sobrecarregam com as atividades da comunidade (atividades ligadas à divulgação das reuniões, cadastros dos moradores e idas à *Rua*, etc.), de modo que se realiza a centralização do trabalho comunitário. Uma questão importante é que ainda se realiza o ser comunitário, pois sempre tem alguém disposto a dedicar-se a estas famílias, fato que acaba se constituindo como positividade em termos de sociabilidade entre as famílias através das relações próximas. Há de convir que em algumas comunidades estas práticas se realizam com mais intensidade do que em outras. Esta consolidação se liga a uma centralidade antiga, espacializada pela prática religiosa através da igreja.

espacialização dos serviços “urbanos”; na ausência do trabalho na terra; no aumento das construções (reformas, novas moradias, segunda residência, etc.) no campo; no crescimento de novos expedientes; etc. de modo que as centralidades sócio-espaciais dos serviços “urbanos” vêm a redefinir, simultaneamente, as práticas sociais nestas comunidades, no entanto, de lavradores-aposentados.

Contudo, esta redefinição, muito profundamente, envolve as gerações subseqüentes, adolescentes e crianças que não mais têm na terra os sentidos primeiro da reprodução, os quais vislumbram a todo custo à aquisição de equipamentos externos às necessidades para realização do trabalho na terra e da atividade de criar e terminam por reproduzir estes valores no seio familiar, contrapostos às gerações primeiras - pais, avôs, no instante em que numa mesma família aquilo que aparecia há poucas décadas como parte da reprodução familiar através da transferência de trabalho e conhecimento na herança da terra, ou seja, do trabalho na terra e da atividade de criar, não mais fundamenta nas comunidades as condições sociais de reprodução das gerações subseqüentes, presentes e vindouras. Isto aparece como uma questão que envolve níveis de reprodução crítica nestas comunidades. Todavia, se pode também identificar residualmente, famílias consolidadas que permanecem no campo, na luta pela manutenção deste conhecimento - transferência do trabalho na terra e da atividade de criar - e trabalho, ainda que em conflito com todas as condições exteriores a estas relações que estão postas. São famílias que mantiveram nas gerações novas a presença dos costumes como parte da reprodução nas lavras.

Numa das comunidades em que foi possível identificar quase todos os aposentados, se observou que tanto na relação com o trabalho na terra, como também na relação campo-*Rua*, ambas as condições sociais ficam mais compreendidas na medida em que o aposento ainda não se instituiu na família como uma seguridade social para permanência e reprodução da família, no campo, isto do ponto de vista dos lavradores-aposentados, para aqueles que o recebem. E no instante em que a não institucionalização aparece como contraponto, o trabalho e a atividade de criar se realizam quase que com a mesma intensidade de antes e como atividades simultâneas. Na inversão desta relação se realizam como reprodução crítica.

Contudo, as mudanças sociais acontecem, abruptamente, na vida destes moradores, alguns se mantiveram se reproduzindo na terra. Neste caso, o aposento participa deste trabalho como uma troca desigual entre lavradores e os trabalhadores que se reproduzem com a venda da força de trabalho sintetizada nos dias de trabalho - o trabalho do alugado - de modo que, nesta relação de produção estabelecida ainda não se pode identificar uma cisão, uma separação das atividades, ou seja, com relação ao trabalho na terra e da entrada na família do *ganho*: salário-aposento. Os trabalhos continuam a se reproduzirem na composição do trabalho familiar e do trabalho de outrem (alugado) e da produção que desta relação advém.

Durante a realização dos trabalhos para a implantação do encanamento de água, o qual também aconteceu na estação do inverno, coincidindo também com o tempo de trabalho dedicado ao roçado, já explicado anteriormente, se seguiu quase os mesmos critérios do tempo de trabalho fornecido para a energia elétrica, da comunidade do Rio do Inácio, o trabalho de abertura dos sulcos no solo, para passagem dos canos d'água, do corte das carnaúbas (troncos), foi um trabalho revezado entre os membros da comunidade. O membro da família que não podia participar deste serviço com trabalho (mão de obra comunitária) pagava o dia de serviço de acordo com o preço pago ao dia do trabalho alugado, o que na época correspondia ao preço de oito reais a diária.

Aos poucos, alguns trabalhadores - os que vendem sua força de trabalho, no trabalho do alugado - foram permanecendo no serviço do encanamento e recebendo o preço pago no trabalho do alugado, pois dada a simultaneidade do trabalho do roçado com o da água preferiram pagar e, assim, se mantiveram na dedicação aos roçados – plantações, brocas.

Esta comunidade também é uma das que tem poucos moradores que vendem a sua força de trabalho a realizar o trabalho do alugado. Isto levou a uma permanência destes no serviço, os quais podiam trabalhar para quem pudesse pagar pelo preço do dia de trabalho do alugado. Portanto, a relação que os igualava era a do preço da força de trabalho e a diferença se dava em relação ao tipo de trabalho realizado: do alugado posto no roçado e do alugado no serviço d'água. Deste modo, nesta relação de espacialização do tempo trabalho, permaneceram no serviço de uma forma contínua - a trabalharem todos os dias - sendo pagos por aqueles que não podiam participar com a venda da força de trabalho, todavia, participavam com o dinheiro, no pagamento de oito reais.

Desta forma, os serviços foram aos poucos sendo feitos, divididos entre os que pagavam para o trabalhador do alugado e os que podiam ceder dois dias de trabalho e, às vezes, um dia por semana para o da água, através do trabalho alugado, de modo que se realizou não só o trabalho *in loco*, mas também à troca de favores e instrumentos de trabalho dos que podiam contribuir com o comunitário.

Não se poderia deixar de evidenciar o trabalho e a responsabilidade dos membros da comunidade que estão à frente destes serviços - representantes locais. Estes cedem a casa, alimentação, transporte e, ainda, responsabilizam-se pela contabilidade dos gastos diários com peças. Enfim, equipamentos extras, de modo que ao se institucionalizar estes serviços, como serviços comunitários concedidos pelo Estado, se instituem também relações sociais de ajuda mútua entre membros comunitários e estes e juntamente com os diretamente representantes do Estado. Todavia, na comunidade ao surgir qualquer atividade esta já se institui como um direito comunitário, de modo que é impossível se reportar à comunidade e aos trabalhos comunitários sem fazer referências aos conflitos, à exploração do trabalho, ao favor, a moral e a reciprocidade. Isto reafirma como o comunitário necessita da obrigatoriedade, do direito, como direito comunitário, pois não se trata do uso comum, do costume, o qual, necessariamente, exige o *direito costumeiro* como negação no processo de produção espacial para se reproduzir.

Em pesquisa de campo<sup>41</sup>, se observou que apenas uma casa, interna à centralidade dos serviços d'água, permaneceu sem a água encanada, motivos divulgados pela comunidade de que à família se isentou do pagamento do trabalho do alugado e da participação nos serviços. Uma das condições postas para o encanamento privado, isto é, nas moradias locais é a de que nenhuma contribuição sendo feita pela família quebrava os acordos estabelecidos nas reuniões comunitárias, fato que os isentava dos serviços que se constituem como comunitários, a saber, esta prática social se constitui na comunidade como antiga e costumeira, como imanência àquilo que a realiza, todavia, em conflitos comunitários na prática dos laços morais.

Nesse sentido, na instauração destes serviços “urbanos” nas comunidades de um modo em geral, os conflitos e desacordos, estão a revelar a permanência do comunitário, isto é, dos elementos que a formam e mantêm, como reprodução sócio-espacial das práticas agrário-espaciais.

---

<sup>41</sup> Pesquisa de campo na comunidade do Nova-Assis, dezembro de 2006. Itapipoca, Ceará.



Numa das primeiras comunidades que instalou o serviço de água o preço para a abertura dos sulcos no solo ficava estabelecido através das distâncias (comprimento) trabalhadas, assim, um metro de sulco feito correspondia a 2,00 reais, e na época o trabalho do alugado estava entorno de 5,00 reais, pagamento exercido pela empresa que estava realizando o serviço da instalação. Por sua vez, já se diferencia dos serviços posteriores que são assumidos quase que integralmente pelos membros da comunidade. Na época, como poucos moradores se interessaram em trabalhar no serviço da água, aqueles que trabalhavam de alugado, procurou-se compreender<sup>42</sup> os motivos do não vislumbre pelos serviços - *trabalho da água* - os moradores trabalhadores do alugado. Alegavam que para o trabalho na agricultura, o do alugado era menos pesado, em relação ao do encanamento, de modo que mostravam as diferenças estabelecidas para a execução de cada serviço: “os alugados recebiam na casa que os contratavam a merenda e o almoço. Já o do encanamento, o trabalhador tinha que cavar tantos metros limpo”, ou seja, recebiam apenas o dinheiro, sem a alimentação. Mencionaram ainda a provisoriedade colocada no trabalho neste serviço d’água, isto é, no projeto de materialização do encanamento d’água em relação à necessidade da venda da força de trabalho contínua dos mesmos no trabalho dos roçados nesta época para as comunidades - do inverno. Seguridade estabelecida pelas famílias que compravam a força de trabalho no trabalho do alugado.

Nos serviços do encanamento, subsequentes, nas outras comunidades, não foram os moradores que trabalharam para o estabelecimento, este trabalho estava sendo realizado - na última pesquisa de campo em 2007 - através de máquinas: tratores e cavadeiras. Com trabalhadores externos às comunidades, inclusive técnicos da *Rua* - Itapipoca. Este trabalho estava sendo realizado também para fazer abertura de sulcos no solo para a passagem dos canos d’água e fazer a ligação - encontro dos encanamentos, ambos vindos do mesmo Rio Mundaú - subterrânea do encanamento da comunidade do Nova-Assis, com a do Retiro e adjacências, o qual possibilitou à comunidade seguinte iniciar os serviços d’água.

Ademais, estes momentos analisados acima sintetizam fragmentos de tempo e espaço postos pelo processo de urbanização que se afirma através de políticas públicas a mobilizar não somente a terra como propriedade territorial da terra, mas também instituir através de medidas e garantias condições para o estabelecimento do salário-aposentado, bolsa família, crediamigo e, simultaneamente, empréstimos a legitimar também o crédito como parte constitutiva de mobilização do sitiante-consumidor<sup>43</sup>. Assim, esse se realiza no campo e, simultaneamente, na Rua (cidade) a reprodução social a desvelar a contradição agrário-urbana numa reprodução crítica na medida em que o tempo de trabalho materializado na terra aparece sintetizado também no consumo da mercadoria da cidade. Estabelece-se, então, o deslocamento dos conteúdos sociais do trabalho na terra para o consumo do produto. Tal sitiante-consumidor realiza, assim, a reprodução ampliada do capital em crise e criticamente.

---

<sup>42</sup> Estes serviços se realizaram entre os anos de 2004 e 2005, salvo, engano. Na comunidade da Lagoa do Inácio. Município do Tururu, Ceará. Esta comunidade foi a primeira a estabelecer o serviço de água encanada nas moradias e têm um alcance diferenciado em relação aos serviços posteriores realizados nas outras comunidades, de modo que têm um dos melhores serviços em prática. O encanamento também sai do Rio Mundaú.

<sup>43</sup> Cf. Silva, 2011.

## **Bibliografia**

ALFREDO, Anselmo. Crise imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. *Revista Terra Livre*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), jan-jun/2010, v. 1, n. 34, p.37-62.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dynamique urbaine et métropolisation, le cas de São Paulo. *Revista Confins: Revue Franco-Bresilienne de Géographie*, 1º sem/2008, n. 2, p.1-20.

CASTTELS, Manuel. *A questão urbana*. 1ª. Reim. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Trad. Arlene Caetano. 590p

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2005. 252p

HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. 1ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 469p

HELLER, Agnes. *Uma revisão da teoria das necessidades*. Barcelona: Ed. Paidós I. C. E, da Universidade Autônoma de Barcelona, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *La proclamation de la commune*. Paris: Gallimard, 1965. 488p

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ª. ed. Paris: Anthropos, 1974.

MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse). 1857-1858*. 17ª. ed. México: Siglo Veintiuno, vol. 1, 1997.

MARX, Karl. *18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991. 143p

SAMPAIO, Efigenia Maria Sales. *A organização do trabalho em um município algodoeiro cearense: Itapipoca*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. 1981. 333p

SILVA, Ana Cristina Mota. A produção do espaço urbano a partir do trabalhador urbano. Província cearense no século dezenove. Fortaleza. *Boletim Mineiro de Geografia*, Belo Horizonte, jul/2005, ano 8, n.13, p. 127-143

SILVA, Ana Cristina Mota. *Circulação simples, reprodução ampliada. Produção espacial e contradição agrário-urbana do município de Itapipoca, Ceará*. Pós-doutorado (Geografia Humana). Departamento de Geografia, São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009. 750p

SILVA, Ana Cristina Mota. A propriedade privada da terra no processo de urbanização. Crise e reprodução crítica. *Revista Terra Livre*, jan-jun/2011, ano 27, n.36, v. 1, p.96-125.

**Fontes Primárias:**

Pesquisa de campo (elaboração de relatórios, entrevistas, observações, dentre outras.) nas comunidades: Rio do Inácio; Desordem; Lagoa das Pedras dos Rodrigues; Brandão; Lagoa das Pedras dos Paulas; Nova-Assis; Lagoa do Inácio e Tururu, Ceará – Nordeste do Brasil.